

ELVIO ALIPRANDI

ESTADO DE SÃO PAULO

Economia

Começo do ano costuma ser boa ocasião para examinar com serenidade e realismo o passado recente, o momento presente, e prospectar o futuro em busca de pontos de referência para o mínimo de planejamento. Num país com as características do Brasil, esse exercício tem suas peculiaridades, apresenta dificuldades pouco comuns. O cenário muda rápido demais, umas vezes. Em outras, surpreende por deixar de mudar.

Neste momento, ainda reina a perplexidade diante dos resultados comerciais de dezembro e das previsões para janeiro. As intervenções do governo na economia, durante todo o ano de 1995, apontavam para um final de ano mediocre. Os juros altos, as restrições ao crediário, o crônico aumento dos gastos governamentais, uma infinidade de sinais prenunciava um cenário de consumidores resabiados, comércio à beira do pânico, indústria em crise. Em seguida, viria a ressaca do começo de ano, com os estoques abarrotados nas lojas e as máquinas paradas nas fábricas.

Vimos, entretanto, que o consu-



O governo ainda não se conscientizou de que o País quer e exige a estabilidade

consumidor que todas as análises descreviam como arreio e inatigável. Resultado: os estoques baixaram em dezembro, e janeiro promete se transformar em bom mês para as indústrias.

Devemos, então, supor que o ano de 1996 será bom para a economia brasileira? Será, sem dúvida, no que depender da iniciativa privada e dos consumidores. O enigma, uma vez mais, localiza-se nas áreas governamentais. Da parte dos consumidores, ficou evidente desde julho de 1994, inicio de vida do real, que a estabilidade da moeda exerce poderoso papel didático. Queiram ou não os profetas do caos, aceitem ou não os esquerdistas empedernidos, a verda-

Hora de planejar

8 JAN 1996

- Brasil

mo de baixo preço salvou o período natalino. Sufocada pelos desacertos da política econômica oficial, a classe média saiu à cata de produtos baratos, enquanto as classes mais pobres, beneficiadas pela estabilidade da moeda, tiveram seu poder aquisitivo elevado e puderam assim ir às compras. Os comerciantes perceberam em tempo a realidade à sua volta e fizeram promoções, atraindo em consequência um

de é que os baixos índices de inflação decretaram o fim da anedótica frase: "Sempre sobra mês no fim do meu salário". Inverteu-se, com o real, o sentido verdadeiro da frase. O assalariado está livre, há 18 meses, do vírus que mensalmente consumia acima de um terço de seu contracheque.

Na condição de consumidor, o brasileiro beneficiado pela estabilidade mostrou agora em dezembro uma evolução magnífica. Pesquisa, em vez de ir comprando por impulso. Compara preços, prefere os honestos (que são maioria, físe-se), descarta os gananciosos. Desintoxicado da infecção inflacionária, o consumidor passou a ter noção precisa do que encareceu além do razoável, do que permaneceu estável do que barateou.

As empresas, por sua vez, também souberam se adaptar à nova realidade. A grande maioria sempre quis a estabilização. Pela simples razão de que economia estável traz lucro certo, abre caminho para investimento, permite expansão, possibilita o crescimento planejado. O empresário deu sua contribuição a todos os programas de estabilização da economia engendrados pelo governo nos últimos anos. Mesmo quando os pacotes de surpresa despencavam das prateleiras oficiais, mesmo quando os bloqueios e congelamentos desabavam da noite para o dia, a reação inicial do empresariado foi

de colaborar, dar o seu sacrifício em favor de uma economia estável em que ele viesse a trabalhar em paz. O êxito, até aqui, do Plano Real é festejado por quem produz, assim como é saboreado pelos consumidores em geral.

A dúvida se concentra no comportamento do governo em todos os seus níveis e esferas — federal, estadual, municipal, Executivo, Legislativo, Judiciário, administração direta, indireta. A toda hora sofremos com notícias de deserdícios. Ou é uma câmara municipal que aprova a aposentadoria acintosa de seus membros, ou é uma prefeitura que resvala para a demagogia, ou é um governo estadual que teima em teses estatizantes, ou é uma estatal que se concede reajustes indevidos, ou é uma corte judiciária que atropela a lei para garantir ganhos a seus membros, ou é um ministério que incorre em práticas meramente eleitoreiras — enfim, enquanto os cidadãos e contribuintes levam a sério o programa de estabilização da economia, o governo em suas variadas formas ainda não se conscientizou de que o País quer e exige a estabilidade que permitirá planejar a vida a cada início de ano.

■ Elvio Aliprandi é presidente da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp) e da Associação Commercial de São Paulo (ACSP)